

**CURUMIM PERDIDO: O impacto das queimadas oriundas da crise climática na  
vivência de crianças e adolescentes indígenas do povo Tremembé na região de São José  
de Ribamar/MA**

**CURUMIM PERDIDO: The impact of fires resulting from the climate crisis on the  
experiences of indigenous children and adolescents from the Tremembé people in the  
region of São José de Ribamar/MA**

Maria Luiza Belfort Rodrigues<sup>1</sup>

Maíra Lopes de Castro<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este estudo investiga o impacto do fator da crise climática nas comunidades indígenas, focando especificamente nas crianças do povo Tremembé em São José de Ribamar, Maranhão. A problemática envolve a exploração territorial e as políticas excludentes que agravam a vulnerabilidade dessas comunidades diante das mudanças climáticas e das queimadas, violando direitos e afetando os modos de vida. A hipótese do estudo é que as práticas de racismo ambiental, ao degradarem o ambiente, comprometem não apenas a subsistência material das crianças Tremembé, mas também seu vínculo com a natureza. O objetivo é compreender como as queimadas impactam o cotidiano e as memórias afetivas das crianças, explorando as relações delas com o ambiente como parte de sua identidade e qualidade de vida. A metodologia adotada foi a observação participante, com técnicas de pesquisa bibliográfica e de campo. No estudo de caso, utilizou-se uma abordagem exploratória com foco em atividades lúdicas de desenho, onde as crianças retrataram locais afetivos próximos a suas residências e refletiram sobre os impactos hipotéticos de queimadas nesses espaços. Os resultados revelam que as crianças Tremembé possuem uma conexão profunda com árvores e espaços naturais, percebendo-os como locais de convivência e afeto. A possibilidade de perda desses elementos, para elas, representa não apenas uma ameaça ao ambiente físico, mas uma ruptura cultural. Os relatos e desenhos destacam a resiliência dessas crianças e a importância de políticas públicas que promovam justiça ambiental e respeitem a cultura indígena, integrando suas vozes nos debates climáticos para garantir o desenvolvimento sustentável e o seu bem-estar.

**Palavras-chave:** Racismo ambiental. Crise Climática. Crianças e Adolescentes.

---

<sup>1</sup> Graduanda do 10º período do curso de Direito do Centro Universitário Dom Bosco- UNDB, malubelfort2022@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora orientadora, Mestre em Direito -PPGDir UFMA e Doutoranda em Direito PPGDir-UFC; profamiracastro@gmail.com.

## ABSTRACT

This study investigates the impact of the climate crisis on indigenous communities, focusing specifically on the children of the Tremembé people in São José de Ribamar, Maranhão. The central problem involves territorial exploitation and exclusionary policies that aggravate the vulnerability of these communities to climate change and fires, violating rights and affecting traditional ways of life. The hypothesis of the study is that environmental racism practices, by degrading the environment, compromise not only the material subsistence of Tremembé children, but also their affective memories and their bond with nature. The objective is to understand how fires impact the daily lives and affective memories of children, exploring their relationships with the environment as part of their identity and quality of life. The methodology adopted was participant observation, with bibliographic and field research techniques. In the case study, an exploratory approach was used focusing on playful drawing activities, where children portrayed affective places near their homes and reflected on the hypothetical impacts of fires on these spaces. The results reveal that Tremembé children have a deep connection with trees and natural spaces, perceiving them as places of coexistence and affection. The possibility of losing these elements, for them, represents not only a threat to the physical environment, but a significant cultural rupture. The reports and drawings highlight the resilience of these children and the importance of public policies that promote environmental justice and respect indigenous culture, integrating their voices in climate debates to ensure sustainable development and the well-being of these communities.

**Keywords:** Environmental racism. Climate crisis. Children and adolescents

## INTRODUÇÃO

Narram as lideranças Tremembé que um pequeno curumim em uma pequena aldeia, todos os dias, ele caminhava pela floresta para explorar e brincar, guiando-se pelas grandes árvores que conhecia desde sempre, elas eram suas guardiãs, ajudavam-no a traçar o caminho de volta para casa, pois cada tronco, cada galho tinha um significado. Mas, numa tarde, ao tentar retornar, notou que algo estava diferente, onde antes havia árvores imponentes, agora restavam apenas pedaços carbonizados e chão seco.

Sem as árvores para guiá-lo, se sentiu perdido, sua trilha parecia desvanecer junto com a vegetação, às queimadas, que tinham devorado suas referências naturais, o deixaram vulnerável e sem direção, a floresta, que sempre fora seu lar e lhe proporcionava segurança, agora se tornava um lugar desconhecido.

Esta história se conecta à crise climática e à destruição ambiental, assim como o curumim que perdeu seu caminho sem as árvores que o orientavam, as comunidades indígenas e tradicionais, principalmente suas crianças veem seu modo de vida ameaçado pela

degradação ambiental. Pois, a floresta, outrora fonte de sustento, lazer e memória afetiva, está desaparecendo, afetando diretamente aqueles que dependem dela para seu "bem viver".

Nesse sentido, o presente estudo explora a relação entre o racismo ambiental e os impactos das queimadas na vida das comunidades indígenas, com foco na experiência das crianças do povo Tremembé, localizado em São José de Ribamar, Maranhão. A partir do conceito de racismo ambiental, investigamos como práticas de exploração territorial e políticas excludentes contribuem para a vulnerabilidade dessas crianças diante da crise climática.

Conforme Santos (2023), o racismo ambiental é uma manifestação de desigualdade estrutural que afeta desproporcionalmente comunidades indígenas e tradicionais, ameaçando seus modos de vida e seus territórios com desmatamento, expansão agrícola e queimadas. Conforme, a Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 215 e 216, reforça a importância da preservação do patrimônio cultural e da garantia dos direitos territoriais dessas populações, assegurando o respeito à identidade cultural e ao bem viver dessas comunidades.

Este trabalho destaca o impacto das queimadas no cotidiano das crianças Tremembé, buscando evidenciar como essas práticas afetam não só o ambiente físico, mas também a memória afetiva, a subsistência e o lazer das crianças. Desse modo, a pesquisa de campo utilizou a metodologia de observação participante e atividades lúdicas com desenhos para entender as percepções das crianças sobre seu ambiente e as consequências que as queimadas poderiam trazer para suas vidas. Sendo assim, esses desenhos, que retratam elementos importantes do quintal, como árvores utilizadas para alimentação, brincadeiras e rituais, revelam o forte vínculo afetivo e cultural que as crianças têm com a natureza ao seu redor.

A análise dos relatos e das representações artísticas das crianças evidencia que o racismo ambiental se traduz em uma ameaça direta ao “bem viver” dessas comunidades, um conceito que abrange a relação harmoniosa com a natureza e a valorização de práticas sustentáveis e culturais, por fim, este estudo busca, contribuir para o entendimento das necessidades e direitos das comunidades indígenas, com foco nas crianças e adolescentes, no enfrentamento das crises ambientais, defendendo a inclusão de suas vozes e conhecimentos nos debates sobre justiça climática e sustentabilidade.

## **RACISMO AMBIENTAL E AS MANIFESTAÇÕES DE DIREITOS EM FACE DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS INDÍGENAS**

A partir do conceito de racismo ambiental, emergem reflexões fundamentais sobre como povos tradicionais, incluindo indígenas, são sistematicamente marginalizados e vulnerabilizados diante das mudanças climáticas e da degradação ambiental. Segundo Dutra (2023), o racismo ambiental transcende a discriminação racial em contextos urbanos, afetando diretamente a vida e a subsistência de comunidades indígenas e quilombolas ao colocar seus territórios em risco. Esse racismo se materializa em práticas de exploração e negação de direitos, muitas vezes veladas sob a narrativa do progresso e desenvolvimento sustentável.

A perspectiva do racismo ambiental no Brasil é singular, pois associa raça, território e meio ambiente, revelando que populações vulneráveis sofrem o impacto desproporcional das políticas ambientais e dos desastres naturais. Conforme Dutra (2023), a ausência de titulação de terras indígenas e quilombolas e o avanço do agronegócio e da especulação imobiliária ilustram o enfraquecimento dessas comunidades. Além disso, o controle social sobre corpos negros e indígenas, perpetuado por meio de políticas excludentes, reforça desigualdades que dificultam o acesso a recursos básicos e prejudicam modos de vida tradicionais.

Neste contexto, o reconhecimento e a valorização dos saberes ancestrais são essenciais para enfrentar os desafios da crise climática. A inclusão desses saberes nas discussões sobre justiça climática e direitos ambientais promove uma abordagem mais equitativa e sustentável. Como enfatizado por Dutra (2023), a justiça climática só será alcançada quando questões de raça, gênero e classe forem integradas de forma central ao debate ambiental.

A luta contra o racismo ambiental requer um compromisso coletivo que aborde tanto a dimensão estrutural quanto as práticas cotidianas de exclusão. Ao analisar casos como o dos povos Tremembé, evidencia-se a importância de ouvir as vozes das comunidades afetadas e respeitar suas práticas culturais e ambientais como parte da solução para a crise climática. Dessa forma, a construção de políticas públicas deve priorizar não apenas a

mitigação dos impactos ambientais, mas também a reparação das desigualdades históricas que afetam essas populações.

### **Povos e comunidades indígenas no contexto do racismo ambiental**

O conceito de racismo ambiental refere-se à distribuição desigual dos riscos e impactos ambientais, afetando desproporcionalmente comunidades vulneráveis, como povos indígenas e quilombolas. Concomitantemente, esses grupos não enfrentam apenas a manipulação ambiental, mas também são marginalizados nas discussões e nas políticas públicas ambientais. Dessa maneira, a forma como o racismo ambiental se manifesta no Brasil está diretamente ligada à negação histórica de direitos territoriais e à exploração de recursos naturais, muitas vezes sem consulta ou participação das comunidades afetadas (DUTRA, 2023).

A colonização dinâmica é uma lógica de exploração e apropriação que permanece até hoje, negando aos povos tradicionais seus direitos sobre territórios e saberes. Como observa Almeida (2004), a ideia de terras “vazias” ou improdutivas foi utilizada para cometer a invasão e apropriação de territórios indígenas e tradicionais. Essa narrativa continua apresentando políticas de desenvolvimento que promovem grandes projetos, como hidrelétricas e mineração, resultando em deslocamento forçado e violação de direitos humanos (Almeida, 2004).

Além disso, as mudanças climáticas e as queimadas exacerbam a vulnerabilidade dessas comunidades. Como apontado por Dutra (2023), as áreas habitadas por povos indígenas são frequentemente vistas como alvos de expansão do agronegócio, agravando os impactos ambientais nessas regiões. A ausência de políticas eficazes para proteger esses territórios evidenciados pelo caráter estrutural do racismo ambiental.

Os povos indígenas possuem uma relação intrínseca com a natureza, baseada em práticas sustentáveis que garantem a preservação dos ecossistemas. Entretanto, esses saberes são constantemente desvalorizados nas discussões sobre desenvolvimento sustentável. De acordo com Dutra (2023), a inclusão dessas perspectivas nos debates climáticos é essencial para alcançar uma justiça climática real. A sustentabilidade, nesse contexto, não pode ser apenas uma questão técnica, mas deve incorporar experiências e saberes dos povos que

historicamente convivem em harmonia com o meio ambiente.

As comunidades indígenas, apesar das adversidades, continuam a resistir e a lutar pelos seus direitos territoriais e culturais. As mobilizações em torno da titulação de terras e a participação em conferências climáticas internacionais são exemplos dessa resistência (Dutra, 2023). Conforme Almeida (2004) destaca, o reconhecimento e a efetivação dos direitos territoriais são fundamentais para enfrentar o racismo ambiental e promover uma relação mais justa e sustentável entre sociedade e meio ambiente.

Conclui-se que, o racismo ambiental não se limita à distribuição desigual dos danos ambientais, mas está profundamente enraizado nas estruturas sociais e econômicas do país. Por fim, para garantir um futuro mais justo, é necessário considerar e respeitar os direitos territoriais dos povos indígenas, incorporando seus saberes nos processos de tomada de decisão.

### **Queimadas como expressão do racismo ambiental e os impactos nos modos de vida da comunidade**

As queimadas no Brasil e no Estado do Maranhão não são apenas um fenômeno ambiental: são também uma expressão de injustiça social e racial, que afeta diretamente as populações tradicionais e as comunidades indígenas, quilombolas e rurais. Sob a ótica do racismo ambiental, as queimadas revelam um padrão de desenvolvimento excludente que ignora os modos de vida e as práticas culturais de muitas comunidades. A Constituição Federal de 1988, particularmente nos artigos 215 e 216, estabelece a proteção do patrimônio cultural e assegura a todos o direito à identidade cultural e ao modo de vida tradicional. No entanto, as práticas de queimada e o desmatamento desenfreado se mostram em desacordo com esses princípios constitucionais, ao ameaçarem a noção de “bem viver” dessas populações.

O racismo ambiental surge como uma expressão das desigualdades sociais e raciais, onde grupos marginalizados são mais vulneráveis a danos ambientais que, em geral, resultam de políticas públicas negligentes e práticas econômicas predatórias. Desse modo, as queimadas que devastam florestas, terras de uso coletivo e áreas protegidas impactam diretamente a cultura, a saúde e a subsistência dessas populações.

Segundo a Constituição Federal, o Estado tem a obrigação de garantir o bem-estar da sociedade, respeitando e promovendo as manifestações culturais, previsto no Art. 215, e de proteger o patrimônio cultural brasileiro, normatizado no Art. 216. No entanto, essa obrigação é continuamente violada pelas queimadas e pelo avanço da fronteira agrícola, que impõem um modelo de “desenvolvimento” em detrimento dos direitos constitucionais e ambientais dessas comunidades.

O conceito de "bem viver", trazido por Nego Bispo, diz sobre o originário da cosmovisão indígena e de populações tradicionais, compreende uma vida harmoniosa com a natureza, onde a satisfação não se mede apenas pelo crescimento econômico, mas pela integração e respeito à biodiversidade e ao patrimônio cultural. Sendo assim, a imposição de um modelo agrícola extrativista ameaça esse ideal, ignorando a complexidade do “bem viver” e substituindo-o por uma concepção utilitarista de uso dos recursos naturais.

As queimadas afetam profundamente os modos de vida das comunidades tradicionais. Entre os impactos mais notáveis como a destruição de terras agricultáveis e áreas de coleta de alimentos e ervas medicinais, essenciais para a subsistência dessas comunidades. Aliado a isso, a dependência do solo e das florestas para alimentação, medicamentos e rituais culturais é parte da identidade e do modo de vida dessas populações, de tal forma que a fumaça das queimadas corrobora como causa doenças respiratórias e afeta a qualidade de vida de crianças e idosos, além de prejudicar a saúde mental, intensificando o sentimento de insegurança e vulnerabilidade.

Desse modo, com a devastação de áreas de plantio e coleta, as comunidades enfrentam insegurança alimentar, ficando cada vez mais dependentes de alimentos de fora. A perda de espécies nativas, muitas vezes causadas por queimadas, diminui a biodiversidade essencial para a dieta tradicional e para a manutenção da saúde dessas populações.

Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, são claros ao apontar a importância da preservação do patrimônio cultural e dos modos de vida tradicionais. O Artigo 215 afirma que "o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais". O Artigo 216 complementa, definindo o patrimônio cultural brasileiro como "os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade

brasileira".

Esses direitos, no entanto, se tornam simbólicos quando se observam as consequências das queimadas e do avanço de políticas agrícolas agressivas. A destruição contínua do patrimônio ambiental é, em última análise, uma violação dos direitos culturais assegurados pela Constituição. Além disso, essa destruição gera efeitos que reverberam em diversas esferas, como a perda de biodiversidade, o aumento da emissão de gases do efeito estufa e o agravamento das mudanças climáticas, afetando a qualidade de vida de todos.

## **IMPACTO DA CRISE AMBIENTAL NAS COMUNIDADES INDÍGENAS E NAS CRIANÇAS**

Uma crise ambiental global, exacerbada pelas mudanças climáticas, impõe desafios significativos às comunidades mais vulneráveis. Dentre estes, destacam-se os povos indígenas, que possuem um vínculo profundo com a terra e a natureza, e as crianças, cujo desenvolvimento saudável depende de condições ambientais adequadas. Este capítulo explorará como essas situações foram afetadas de forma desproporcional pela gestão ambiental e pela omissão estatal em garantir seus direitos fundamentais.

No contexto brasileiro, os impactos das mudanças climáticas são amplificados em territórios onde vivem comunidades tradicionais e periféricas. As enchentes, secas e penetrações frequentemente atingem áreas habitadas por povos indígenas e famílias em situação de vulnerabilidade, ameaçando suas formas de vida e suas culturas ancestrais. Ou seja, estas condições violam os direitos previstos na legislação nacional, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garante, no Art. 4º da Constituição Federal, a proteção prioritária à vida, saúde, educação e ambiente saudável para crianças e adolescentes.

De acordo com o conteúdo abordado na Aula 3 do curso "Racismo Ambiental e Emergência Climática", ministrado por Regina Lúcia dos Santos, a crise ambiental se manifesta como uma forma de violência contínua, impactando as populações mais marginalizadas e exigindo soluções que integrem a justiça social e ambiental (SANTOS, 2023). A exposição das crianças indígenas a essas condições também constitui uma violação dos direitos à liberdade, dignidade e segurança previstas nos Artigos 5º e 7º do ECA, enfatizando a necessidade de medidas urgentes e eficazes.

Assim, este capítulo busca não apenas evidenciar os desafios enfrentados por essas comunidades, mas também destaca a necessidade de políticas públicas que promovam a justiça ambiental e racial, respeitando a integridade cultural dos povos indígenas e garantindo o desenvolvimento pleno das crianças. A partir dessa análise, espera-se fomentar uma discussão crítica sobre a interseção entre crise ambiental, direitos humanos e responsabilidade estatal, propondo caminhos para enfrentar essas emergências de maneira inclusiva e sustentável

### **A infância e a juventude indígenas diante da crise climática**

A infância e a juventude indígena enfrentam desafios agravados pela crise climática, que comprometem não apenas seus direitos fundamentais, mas também a transmissão de saberes ancestrais e a preservação de seus modos de vida. Análogo a isso, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil, garante o direito à consulta prévia e à participação dos povos indígenas em decisões que afetam seus territórios, mas essa prerrogativa frequentemente não é respeitada da OIT de 1989. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê a proteção integral e prioritária dessas populações vulneráveis, destacando o direito à vida e ao desenvolvimento em condições dignas, conforme o artigo 4º da Constituição Federal.

A manipulação ambiental intensificada pelas mudanças climáticas afeta diretamente a sobrevivência das crianças indígenas, desse modo, a Convenção nº 169 da OIT estabelece que a identidade cultural deve ser respeitada e preservada, algo que se torna desafiador diante da importação imposta e da perda de territórios tradicionais. Segundo a legislação brasileira, é dever do poder público garantir às crianças indígenas o desenvolvimento em ambiente que respeite suas tradições e valores culturais, conforme previsto no artigo 6º, Constituição Federal. No entanto, a exploração de recursos naturais e o desmatamento ameaçam tanto a saúde quanto a educação dessas crianças, ampliando a vulnerabilidade socioambiental.

Sendo assim, o conceito de racismo ambiental é essencial para entender como as crianças e jovens indígenas estão entre os mais afetados pela crise climática, apesar de serem os menos afetados para sua causa (SANTOS, 2023). As comunidades indígenas,

historicamente marginalizadas, enfrentam não apenas os efeitos da gestão ambiental, mas também a negação de seus direitos e a exclusão de processos de decisão sobre políticas públicas.

Desse modo, o direito à consulta livre, prévia e informada, garantido pela Convenção nº 169 da OIT, é frequentemente desrespeitado, agravando o impacto das mudanças climáticas sobre as crianças indígenas. Projetos de infraestrutura, mineração e agricultura extensiva são implementados sem o devido consentimento das comunidades, violando direitos culturais e territoriais fundamentais.

É essencial que políticas públicas de mitigação e adaptação climática incluam a participação ativa das comunidades indígenas, respeitando suas tradições e promovendo o desenvolvimento sustentável. A integração entre conhecimentos tradicionais e científicos é uma estratégia eficaz para empoderar as novas gerações indígenas, preparando-se para lidar com os desafios impostos pela crise climática.

Iniciativas educacionais específicas também devem ser promovidas, respeitando a identidade cultural e garantindo às crianças e jovens indígenas um futuro onde possam se desenvolver plenamente, conforme preconizado pela ECA.

## **ESTUDO DE CASO: O IMPACTO DO RACISMO AMBIENTAL NO MANEJO TRADICIONAL DA COMUNIDADE INDÍGENA TREMEMBÉ**

Nos presentes tópicos, discutir sobre o estudo de caso e examinará como o racismo ambiental afeta o manejo tradicional da comunidade indígena Tremembé, localizada em São José de Ribamar, Maranhão. Por meio da análise das práticas de exploração territorial e das políticas que desconsideram os direitos e a cultura dessa população, os tópicos discutirão sobre a metodologia aplicada no estudo de caso e os relatos das crianças entrevistadas, tendo como foco nas práticas tradicionais de manejo e subsistência, este estudo explora como as queimadas e a expansão agrícola ameaçam diretamente o modo de vidas crianças e de suas famílias, comprometendo não apenas a preservação ambiental, mas também o patrimônio cultural e as relações de pertencimento da comunidade com seu território.

## **Metodologia do estudo de caso: Observação participante e análise de conteúdo no campo**

Este estudo adota a abordagem hipotético-dedutiva, que permite a formulação de hipóteses preliminares com base em teorias e dados já existentes, para então verificá-las no campo de pesquisa. Através dessa abordagem, buscou-se aprofundar a compreensão dos modos de vida e das práticas culturais das crianças indígenas do povo Tremembé, localizadas na região de São José de Ribamar, no Maranhão. A pesquisa foi conduzida com um caráter exploratório, visando investigar aspectos ainda pouco abordados no contexto dessas comunidades e compreender, a partir da observação participante, as nuances dos processos educacionais e culturais vivenciados pelas crianças indígenas.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para contextualizar o estudo com base em teorias e estudos prévios sobre educação indígena, antropologia da infância e os direitos das crianças indígenas no Brasil, revisão de literatura especializada, legislações e estudos de caso anteriores relacionados aos povos indígenas, especificamente com foco em aspectos da infância e processos educativos em comunidades tradicionais.

A pesquisa de campo foi realizada na comunidade indígena Tremembé em São José de Ribamar/MA, o estudo de caso foi centrado nas crianças indígenas Tremembé, focando nas experiências educacionais e culturais que moldam seu desenvolvimento. Dessa forma, foram observados eventos específicos, como rituais, brincadeiras, práticas educativas e interações sociais que refletem os valores da cultura Tremembé. Por fim, a análise desses momentos proporcionou *insights* sobre a forma como as crianças aprendem e brincam ao mesmo tempo em que se adaptam a influências externas, como as introduzidas pela educação formal.

A metodologia adotada neste estudo, baseada na combinação de observação participante, análise de conteúdo e técnicas de história de vida, permitiu uma abordagem abrangente e respeitosa do universo cultural das crianças Tremembé, através do enfoque exploratório e do estudo de caso, foi possível captar a complexidade dos modos de vida das crianças e compreender como esses moldam as práticas culturais e educativas das crianças. A abordagem hipotético-dedutiva, por sua vez, garantiu que as observações pudessem ser confrontadas com teorias e conceitos prévios, enriquecendo a compreensão dos processos de

transmissão cultural e os impactos da cultura Tremembé no desenvolvimento infantil.

### **Relatos das crianças Tremembés**

A pesquisa de campo realizada junto às crianças do povo Tremembé buscou explorar suas percepções e sentimentos em relação ao ambiente em que vivem, especialmente no que diz respeito aos impactos das mudanças climáticas e às queimadas. Sendo assim, para possibilitar uma abordagem lúdica e acessível às crianças, utilizamos desenhos como principal metodologia de comunicação e expressão. Por meio dessa atividade, foram convidadas as crianças a representar, com liberdade e criatividade, os locais ao redor de suas casas e a imaginar como seria sua vida caso esses lugares fossem afetados por fenômenos como as queimadas.

A atividade foi conduzida com o objetivo de proporcionar às crianças um espaço seguro e confortável para expressarem suas memórias, emoções e afetos em relação ao seu ambiente. A proposta era simples: pedir que cada criança desenhasse elementos da paisagem de sua casa que fossem importantes para sua vida cotidiana.

As crianças responderam com entusiasmo, criando desenhos coloridos e detalhados que evidenciaram sua conexão com a natureza ao redor de suas residências. Muitos desses desenhos retrataram árvores que têm significado especial para elas — árvores do quintal de suas casas que servem de ponto de encontro para brincadeiras, onde colhem frutos para alimentação e com as quais cultivam memórias afetivas com familiares e amigos.

Os desenhos revelaram uma relação íntima das crianças com a natureza, onde as árvores e o quintal não são apenas elementos paisagísticos, mas verdadeiros pilares de sua vivência comunitária e individual. Desse modo, essas árvores aparecem nos desenhos não só como parte do ambiente físico, mas como personagens que compõem o dia a dia das crianças.

Dessa maneira, algumas árvores foram retratadas com detalhes de galhos e frutas, denotando como elas são utilizadas para sustento, através da coleta de frutas como manga, igá e urucum, que utilizam como corante e para passar no rosto como forma de brincadeira.

Para além da função alimentícia, as árvores e outras plantas do quintal aparecem como locais de lazer e convivência, onde as crianças sobem em seus galhos e compartilham histórias, brincadeiras e momentos com familiares. Os relatos das crianças (Saulo e Mariana

de 6 anos e Henrique de 11 anos) evidenciaram uma percepção instintiva sobre os impactos das queimadas: não apenas a perda de um recurso natural, mas também a ausência de um espaço de convivência e de um cenário que simboliza laços afetivos e culturais

Os relatos das crianças, mediados pelos desenhos, mostram uma visão própria da crise climática e de suas consequências. Embora ainda muito jovens, as crianças Tremembé demonstraram, através de suas representações artísticas, uma compreensão profunda da importância da natureza em suas vidas e dos impactos que a degradação ambiental pode trazer. Dessa maneira, o exercício de imaginar a perda de seu espaço ambiental mostrou-se um método eficaz para que expressassem suas preocupações e demonstrassem seu apego à cultura e ao território que habitam.

A experiência evidenciou que o quintal e suas árvores representam mais do que um simples espaço físico para as crianças Tremembé; trata-se de um ambiente integral ao seu bem-estar e à sua identidade, pois, a perda dessas árvores significaria a ruptura de uma conexão vital com suas raízes culturais e com a essência de sua comunidade, por fim, atividade dos desenhos, assim, não só promoveu uma aproximação das crianças ao tema da crise climática, mas também trouxe à tona as percepções e os sentimentos que revelam o impacto do racismo ambiental na sua realidade cotidiana.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa buscou compreender os impactos do racismo ambiental na vida das crianças indígenas Tremembé, analisando como as queimadas e a crise climática afetam seus modos de vida e suas relações com o ambiente natural, a partir de uma abordagem hipotético-dedutiva e exploratória, combinando observação participante e análise de conteúdo.

O estudo revelou a profundidade dos laços afetivos e culturais que essas crianças mantêm com seu território, desse modo, os relatos das crianças, mediados pelos desenhos, mostram uma visão própria da crise climática e de suas consequências, pois embora ainda muito jovens, as crianças Tremembé demonstraram, através de suas representações artísticas, uma compreensão profunda da importância da natureza em suas vidas e dos impactos que a degradação ambiental pode trazer..

Os resultados obtidos a partir dos desenhos e relatos das crianças mostraram uma percepção aguda e sensível sobre a importância dos elementos naturais presentes em seu cotidiano, como as árvores que fazem parte de seu quintal, sendo assim esses elementos não são apenas recursos materiais, mas pilares fundamentais para a subsistência, o lazer e a construção de memórias afetivas. A hipótese de que a degradação ambiental compromete a subsistência material e a conexão cultural das crianças Tremembé foi confirmada, evidenciando que o racismo ambiental impõe uma ameaça direta ao seu bem-estar e à sua identidade.

A presente pesquisa destaca a urgência de políticas públicas que reconheçam e protejam os direitos territoriais e culturais das comunidades indígenas, integrando suas vozes e saberes nos processos decisórios sobre o meio ambiente. Além disso, reforça a importância de uma educação que valorize e transmita esses saberes ancestrais, preparando as novas gerações para enfrentar os desafios impostos pela crise climática e pela contínua ameaça de práticas coloniais e extrativista

Conclui-se que, para alcançar uma verdadeira justiça climática e social, é imprescindível que o Estado e a sociedade se comprometam com a reparação das desigualdades históricas e com a promoção de um desenvolvimento que respeite e preserve os modos de vida das populações tradicionais. Somente assim será possível garantir um futuro sustentável e justo para as crianças Tremembé e para todas as comunidades indígenas afetadas pelo racismo ambiental.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. (2004). **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. *Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais*, 6(1), 9. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** . Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília DF: Senado Federal, 1988.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011
- DUTRA, Andressa. **Racismo Ambiental: justiça climática é justiça racial** . Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil . São Paulo.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.



CENTRO UNIVERSITÁRIO

XVII ENCONTRO CIENTÍFICO DA UNDB  
COMUNIDADES TRADICIONAIS: DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS (XVII EC 2024)

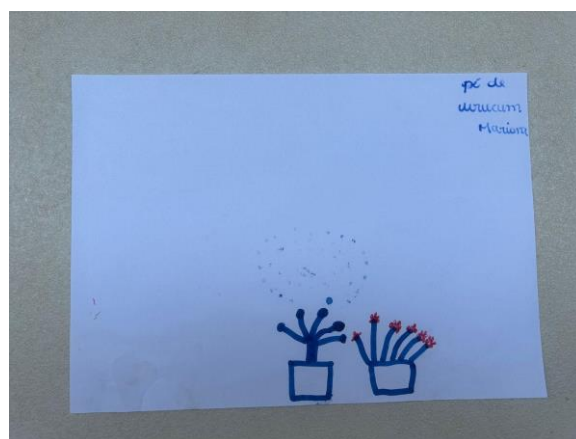
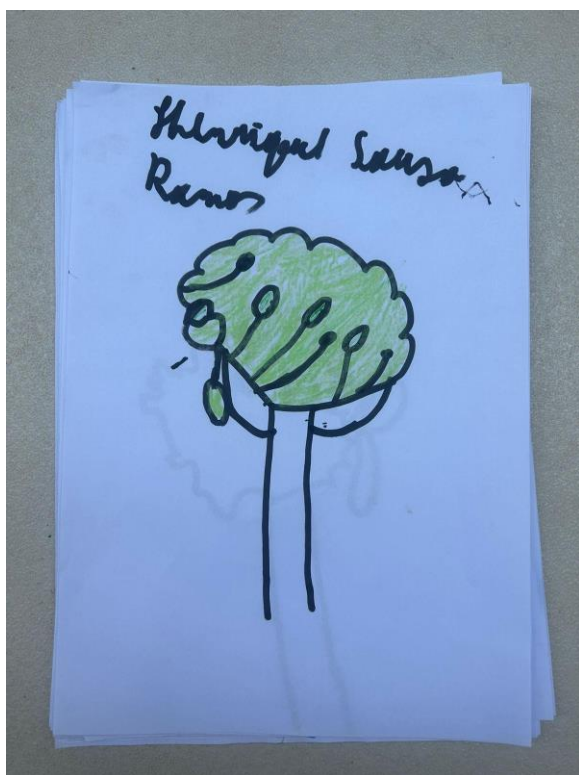
## **ANEXO 1 - IMAGENS DA OFICINA COM AS CRIANÇAS TREMEMBÉ**

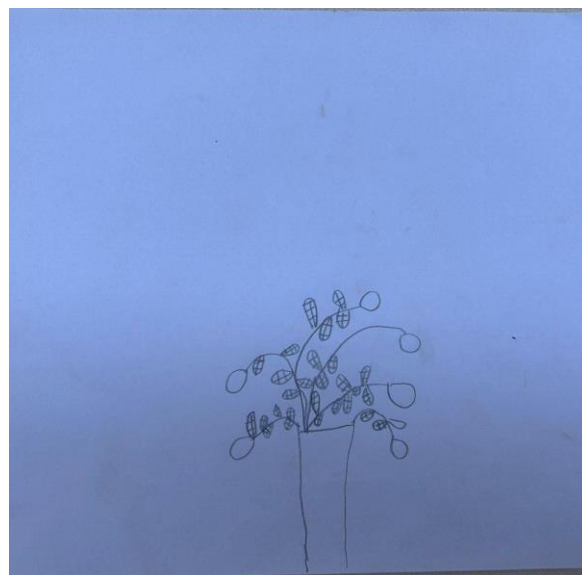
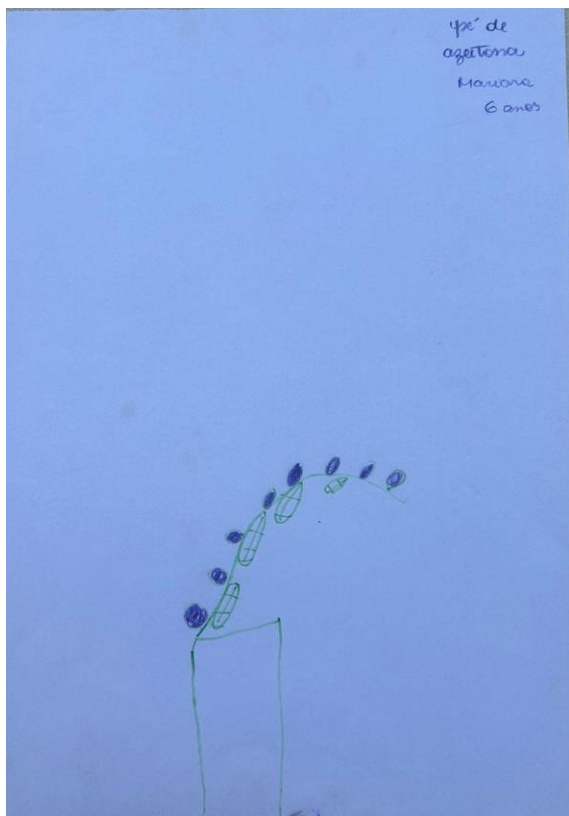


CENTRO UNIVERSITÁRIO

XVII ENCONTRO CIENTÍFICO DA UNDB  
COMUNIDADES TRADICIONAIS: DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS (XVII EC 2024)



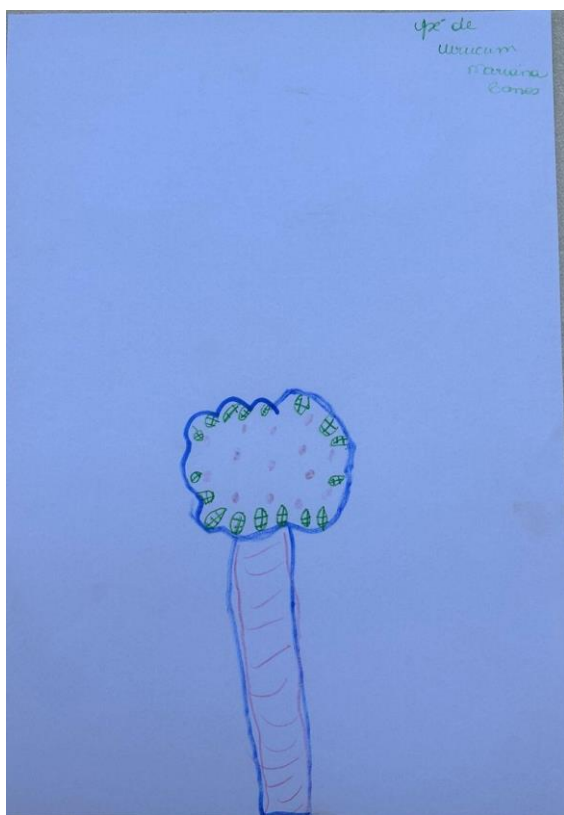






CENTRO UNIVERSITÁRIO

XVII ENCONTRO CIENTÍFICO DA UNDB  
COMUNIDADES TRADICIONAIS: DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS (XVII EC 2024)





CENTRO UNIVERSITÁRIO

XVII ENCONTRO CIENTÍFICO DA UNDB  
COMUNIDADES TRADICIONAIS: DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS (XVII EC 2024)

## ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: CURUMIM PERDIDO: O impacto das crises climáticas nas crianças e adolescentes do povo Tremembé no município de São José de Ribamar\* (passível de alteração o título)

Pesquisador Responsável: Maria Luiza Belfort Rodrigues

Instituição: Centro Universitário Dom Bosco UNDB

Contato do Pesquisador: 98 987296750

#### Introdução

Prezados(as) pais e/ou responsáveis,

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido tem como objetivo garantir sua ciência e autorização quanto à coleta, uso e divulgação de dados e imagens de seu(sua) filho(a) para a presente pesquisa. A pesquisa busca debater, analisar, investigar, questionar como os fatores das crises climáticas afetam a infância e juventude das crianças e adolescentes da comunidade indígena TREMEMBÉ. A participação é voluntária, e todas as informações serão utilizadas exclusivamente para fins científicos e/ou acadêmicos, conforme descrito abaixo.

#### Objetivos da Pesquisa

O objetivo desta pesquisa é debater, analisar, investigar, questionar como os fatores das crises climáticas afetam a infância e juventude das crianças e adolescentes da comunidade indígena TREMEMBÉ. Os dados e imagens coletados serão utilizados para como publicações científicas, apresentações acadêmicas, etc.

#### Procedimentos

Durante a pesquisa, serão realizadas as seguintes atividades:

Os procedimentos com as crianças, como entrevistas, fotos, vídeos, ou atividades específicas

- As imagens e dados coletados serão divulgados, como em artigos, eventos ou outras plataformas científicas

#### Confidencialidade e Privacidade

- Todos os dados e imagens serão tratados de forma confidencial.

- Nenhuma informação que identifique pessoalmente seu(sua) filho(a) será divulgada sem sua autorização específica.



CENTRO UNIVERSITÁRIO

XVII ENCONTRO CIENTÍFICO DA UNDB  
COMUNIDADES TRADICIONAIS: DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS (XVII EC 2024)

- As informações serão armazenadas em ambiente seguro e utilizadas apenas para os fins descritos.

#### Direitos do Participante

- A participação é voluntária, e você pode retirar o consentimento a qualquer momento, sem justificativa e sem prejuízo para seu(sua) filho(a).
- Caso queira retirar alguma imagem ou dado após a coleta, basta entrar em contato pelo

#### Autorização para Uso de Imagem e Dados

Ao assinar este termo, você autoriza:

- A coleta e uso dos dados fornecidos na pesquisa;
- A captação de imagens e o uso delas para fins científicos e acadêmicos, conforme descrito;
- A divulgação das imagens e dados em serão publicadas, como artigos, eventos científicos, preservando a identidade do(a) participante.

#### 8. Contato para Dúvidas

Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, entre em contato com:

Pesquisador Responsável: Maria Luiza Belfort Rodrigues

Telefone: 98 987296750

E-mail: malubelfort2022@gmail.com

#### 9. Declaração de Consentimento

Eu, Shula Rios de Sousa, CPF: 613596113-63,  
declaro que:

- Li e compreendi as informações contidas neste termo;
- Fui esclarecido(a) sobre o objetivo da pesquisa e a forma de utilização dos dados e imagens de meu(minha) filho(a);
- Estou ciente de que a participação é voluntária e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Nome do(a) Participante (Criança): Simon Sousa Ramos, Mariana  
Data de Nascimento: \_\_\_\_\_  
Sousa Ramos

e Henrique  
Sousa Ramos



CENTRO UNIVERSITÁRIO

XVII ENCONTRO CIENTÍFICO DA UNDB  
COMUNIDADES TRADICIONAIS: DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS (XVII EC 2024)

Assinatura do Pai/Mãe ou Responsável Legal:

Shirley Lias de Sousa

Assinatura do Pesquisador:

Mariana Maria Luiza Belfort Rodrigues